

e) Promover a realização dos estudos que se revelem convenientes para a escolha dos moldes em que os cursos se deverão processar;

f) Assegurar e promover a cooperação dos serviços e entidades oficiais do Território e da República para a prossecução das finalidades que levaram à sua criação.

3. A duração previsível do GCDAP é de um ano.

4. O GCDAP é orientado por um coordenador, equiparado a director de nível I, a designar por despacho do Governador, e provido em regime de comissão eventual de serviço.

5. O coordenador é coadjuvado por dois elementos, os quais poderão ser destacados ou requisitados aos Serviços a que estejam vinculados ou admitidos em regime de comissão eventual de serviço, de contrato de tarefa ou de contrato individual de trabalho.

6. O estatuto do pessoal contratado, a que se refere o número anterior, é o constante dos respectivos instrumentos contratuais.

7. As funções de coordenador e dos elementos referidos no n.º 5 podem ser exercidas em regime de acumulação, sendo, neste caso, aplicável o disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 100/84/M, de 25 de Agosto.

8. Para a prestação do apoio administrativo ao GCDAP pode ser destacado ou requisitado pessoal de outros serviços ou admitidos em regime de assalariamento eventual.

9. No prazo de 15 dias a contar da nomeação, o coordenador do Gabinete submeterá para aprovação do Governador um programa de acções a desenvolver, tendo em conta os objectivos do GCDAP.

10. a) As despesas com a instalação e funcionamento do GCDAP serão suportadas pelas verbas atribuídas ao GAJ;

b) As despesas necessárias para a concretização das acções do GCDAP serão suportadas pelas verbas inscritas ou a inscrever no Plano de Investimento e Desenvolvimento da Administração (PIDDA).

11. O presente despacho entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.

Residência do Governo, em Macau, aos 13 de Janeiro de 1988. — O Governador, *Carlos Montez Melancia*.

Despacho n.º 8/GM/88

A tradução para chinês da legislação que rege a vida do Território e a elaboração prévia de um glossário jurídico luso-chinês são, no quadro emergente da assinatura da Declaração Conjunta sobre o futuro de Macau, tarefas a que se reconhece importância crucial e que contribuem para o êxito das soluções aí acordadas.

Essas tarefas, de reconhecida dificuldade e necessária morosidade, requerem a conjugação de recursos e contribuições de vários departamentos e uma estrutura de coordenação e operação aliviada doutros encargos, que nelas possa concentrar-se por forma a poder responder pelo bom andamento dos trabalhos e a sua conclusão em tempo útil.

Para esse efeito, ao abrigo da alínea b) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 15.º do Estatuto Orgânico de Macau, conjugado com o

artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 85/84/M, de 11 de Agosto, determine:

1. É criada uma equipa de projecto, com a designação de Gabinete para a Tradução Jurídica, abreviadamente designado por GTJ.

2. O GTJ tem por fim o planeamento, coordenação e execução dos trabalhos de tradução para chinês das leis vigentes no território de Macau e a elaboração de um glossário jurídico luso-chinês, de acordo com planos anuais a aprovar.

3. A duração previsível do GTJ é de quatro anos.

4. O GTJ é orientado por um coordenador, designado por despacho do Governador e integrado por tradutores, juristas e outro pessoal que se revele necessário, os quais poderão ser destacados ou requisitados aos Serviços a que estejam vinculados, ou admitidos em regime de assalariamento eventual, de comissão eventual, de contrato de tarefa ou de contrato individual de trabalho, por proposta do coordenador.

5. O coordenador do GTJ, equiparado a director, nível I, é provido em regime de comissão eventual, sendo aplicável o disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 100/84/M, de 25 de Agosto, quando o cargo for exercido em regime de acumulação.

6. O estatuto do pessoal contratado, a que se refere o n.º 4, é o constante dos respectivos instrumentos contratuais.

7. O GTJ é apoiado por um conselho consultivo integrado por representantes do Gabinete dos Assuntos de Justiça, da Direcção dos Serviços de Assuntos Chineses e do Serviço de Administração e Função Pública, da Universidade da Ásia Oriental e por três personalidades de reconhecido mérito, a nomear por despacho do Governador.

8. Ao Conselho Consultivo, que reúne por determinação do Governador, compete emitir parecer sobre a orientação e o plano anual de trabalho do Gabinete, acompanhar e apreciar a respectiva execução, pronunciar-se sobre os trabalhos realizados, formular recomendações e ainda emitir parecer sobre quaisquer outros pontos que lhe forem submetidos.

Os membros do Conselho Consultivo têm direito a senhas de presença em termos a definir por despacho do Governador.

9. Sem prejuízo da possibilidade de recurso ao apoio doutros Serviços, o GAJ, a DAC e o SAJP prestam ao GTJ a colaboração em matéria de pessoal, equipamento e instalações que se revelar necessária para o arranque imediato dos trabalhos.

10. O apoio técnico-jurídico necessário ao desenvolvimento dos trabalhos de tradução e à elaboração do glossário jurídico luso-chinês é prestado pelo GAJ.

11. O GTJ rege-se pelos seguintes princípios financeiros:

a) As despesas com a instalação e o funcionamento do GTJ serão suportadas por verbas atribuídas ao GAJ;

b) As despesas necessárias para a concretização das acções do GTJ serão suportadas pelas verbas inscritas ou a inscrever no Plano de Investimentos e Desenvolvimento da Administração (PIDDA).

12. O presente despacho entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.

Residência do Governo, em Macau, aos 13 de Janeiro de 1988. — O Governador, *Carlos Montez Melancia*.